

AS REPRESENTAÇÕES E OS SEUS ELEMENTOS: O EXEMPLO DO IMPASSE DIPLOMÁTICO BRASILEIRO COM O PARAGUAI NA QUESTÃO SETE QUEDAS

LUIZ EDUARDO PINTO BARROS¹

A palavra representação esta no foco de várias pesquisas na área das ciências humanas. É comum olharmos para o lado e percebemos que algum trabalho de pesquisa de um colega nosso no âmbito acadêmico problematiza a representação de um objeto de estudo. Tive certa dificuldade para entender porque muitos pesquisadores debruçam seus esforços em estudar a representação de um objeto. Mas nos primeiros meses cursando o curso de pós-graduação em História, tendo acesso a obras de autores que tratam sobre este tema, confesso que entendi a importância (e de certa maneira a curiosidade) de aprofundar os estudos sobre a representação de um determinado objeto.

A representação pode ser entendida como o ato de representar algo ausente e que não existe. Também pode ser entendida como algo que existe, mas não esta presente. Um autor que faz referencia a idéia de representação é o italiano Carlo Ginzburg. “Por um lado a representação faz às vezes a realidade representada e, portanto, evoca a ausência; por outro, torna visível a realidade representada e, portanto, sugere a presença”(GINZBURG, 2001, p.85).

Com a citação de Ginzburg é possível fazer um dialogo com Roger Chartier, que em sua obra *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude* dedica um capítulo ao tema representação. No trecho abaixo, Chartier faz um apontamento sobre a palavra “representação”.

Nas definições antigas (por exemplo, aquela do Dictionnaire universel de Furetière em sua edição de 1727), as entradas da palavra “representação” atestam duas famílias de sentido aparentemente contraditórias: de um lado, a representação manifesta uma ausência, o que supõe uma clara distinção entre o que representa e o que é representado; de outro, a representação é a exibição de uma presença, a apresentação pública de uma coisa ou de uma pessoa (CHARTIER, 2002, p. 74).

¹ Graduado em História pela Universidade Federal da Grande Dourados. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas pertencente à Universidade Federal da Grande Dourados. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Nas citações dos dois autores é possível perceber que a representação é o ato de nomear algo. Ela pode dar forma a realidade e fazer com que a mesma seja representada como uma “verdade”. A partir do momento em que ela cria esta “verdade” surge à construção de elementos que transformam a sociedade como um campo de práticas que fundamentam a sua interpretação de mundo. Neste sentido, Chartier faz um apontamento que deve ser destacado no trecho abaixo.

A relação de representação é assim turvada pela fragilidade da imaginação, que faz com que se tome o engodo pela verdade que considera os sinais visíveis como indícios seguros de uma realidade que não existe. Assim desviada, a representação transforma-se em máquina de fabricar respeito e submissão, em um instrumento que produz uma imposição interiorizada, necessária lá onde falta o possível recurso a força bruta (CHARTIER, 2002, p.75).

Fazendo uma análise, a representação é um método inteligente de controle da sociedade. A agressão física ou o poder bélico não seriam suficientes para submeter os indivíduos a uma condição de estarem sendo “controlados”. A “fragilidade da imaginação” mencionada por Chartier torna-se um recurso importante para a manifestação das idéias.

Para exemplificar o que foi mencionado no parágrafo anterior menciono o poder absolutista no qual o rei representava o Estado fundamentado com o poder divino. O rei entendido como o indivíduo que substituíria a ausência de um “ser superior” ou sendo o “próprio Deus” ganhava espaço e condições de submeter à sociedade ao poder do Estado. A representação construída ao redor do poder absolutista hierarquizava a própria estrutura social como aponta Chartier (2002, p.76).

Para aprofundar o tema representação cito o trabalho de Carlo Ginzburg a respeito dos funerais de autoridades ao longo da história. A questão se existe vida após a morte sempre foi motivo de curiosidade para muitas sociedades. Neste sentido, Ginzburg aponta que após a morte de um imperador em Roma, assim como na Inglaterra e na França dos séculos XV e XVI, imagens eram utilizadas para “eternizar” o indivíduo que administrou o império como mencionado no trecho abaixo.

Na Roma dos Antoninos, assim como na Inglaterra e na França do Quatrocentos e do Quinhentos, os funerais do corpo dos imperadores e dos reis tinham uma função comparável à dos sepultamentos provisórios

analisados por Hertz. Em ambos os casos, eram seguidos dos funerais das imagens, ou seja, de um rito não apenas definitivo, mas eternizador. O Imperador era consagrado deus; o rei, em virtude da afirmação da perenidade da função monárquica, não morria nunca. As imagens imperiais de cera e as effigies reais, que consumavam a morte dos imperadores como processo social, equivaliam, num plano diferente, às múmias ou aos esqueletos. (GINZBURG, 2001, p.89).

Perante os indivíduos, a morte é assustadora, misteriosa e indagadora. Tanto na Roma Antiga, como na Inglaterra e na França dos séculos XV e XVI o fim da vida foi objeto de representações. A morte do soberano significaria o fim de sua administração sendo que o cadáver exposto demonstrava o indivíduo “poderoso” sem reações perante seus súditos. Uma situação que parecia de um império sem administrador. Mas é claro que existiram aqueles que souberam administrar este momento tenso e frágil que era a morte de um soberano. O corpo putrefando no funeral não poderia ser a expressão do fim do poder do supremo. Por isso, a imagem de cera substituía o corpo morto do rei significando o Estado sendo administrado e a ausência do “ser” morto por um vivo. A imagem de cera tornou-se um símbolo que representou a vida política após a morte biológica do rei.

Para demonstrar como os funerais levavam a sério a presença do rei morto como se o mesmo estivesse vivo, Ginzburg faz uma citação relevante como colocado no trecho abaixo.

Em 1457 na França, depois da morte de Francisco I, por onze dias foram realizados banquetes, primeiro junto ao cadáver, depois junto da effigie do rei: comia-se junto dele, bebia-se junto dele, e “bacias de água limpa (eram) oferecidas ao trono do supracitado Senhor, como se ainda ali estivesse sentado, vivo” (GINSBURG, 2001, p.89).

Pelo que é possível analisar, o símbolo envolvia os indivíduos de uma maneira com que a presença do soberano fosse uma “realidade”, superando o fato de este estar morto. O objeto de cera substituía a ausência representando uma presença viva e atuante ao ponto de degustar o que lhe era de direito. Entendendo de uma forma vertical, o rei representava o Estado que representava o poder e conseqüentemente a soberania. A morte do primeiro significava a ausência do segundo e do terceiro. Mas para superar tal

situação, as imagens representavam a presença do rei que conseqüentemente mantinha a estrutura de seu poder e soberania

A utilização da imagem de cera substituindo a presença do rei não teria nenhum valor se os indivíduos não compartilhassem que tal objeto significava a representação do chefe de estado vivo e que ainda tinha poderes administrativos. Neste caso o pensamento absorve o objeto (a imagem de cera) e transparece seu reconhecimento para com o mesmo. Porém, o objeto também se torna uma criação de um pensamento sendo exteriorizado e socializado. Ou seja, o objeto teve que ser criado por um pensamento para ser exposto, conseqüentemente sendo socializado para ser absorvido por outros pensamentos adquirindo um valor social. Neste sentido, no trecho abaixo Moscovici desenvolve um apontamento sobre a relação pensamento e objeto.

No primeiro caso, o pensamento é visto como agindo sobre a realidade; no segundo, como uma reação à realidade; numa o objeto emerge como uma réplica do pensamento; na outra, o pensamento é uma réplica do objeto; e para o primeiro nossos desejos se torna realidade –ou “wishful thinking” – então, para o segundo, pensar passa a ser transformar a realidade em nossos objetos de desejos, despersonalizá-los (MOSCOVICI, 2003, p.29).

Neste sentido, a relação entre pensamento e objeto é dinâmica fazendo com que o símbolo seja valorizado perante a sociedade. E valorizar um objeto por uma questão subjetiva, ou seja, por um indivíduo, é o que faz com que as pessoas se identifiquem fazendo alianças e desenvolvendo práticas no sentido de que os seus pensamentos têm algo em comum proporcionando-lhes maiores facilidades de comunicação e interação.

No trecho abaixo, Moscovici desenvolve uma reflexão sobre o ato de compartilhar o mesmo pensamento em sociedade.

Em outras palavras, nós percebemos o mundo tal como é e todas nossas percepções, idéias e atribuições são respostas e estímulos do ambiente físico ou quase-físico, em que nós vivemos. O que nos distingue é a necessidade de avaliar seres e objetos corretamente, de compreender a realidade completamente; e o que distingue o meio ambiente é sua autonomia, sua independência com respeito a nós, ou mesmo, pode-se-ia dizer, sua indiferença com respeito a nós e a nossas necessidades e desejos. O que era tido como vieses cognitivos, distorções subjetivas, tendências afetivas obviamente existem. Como nós, todos estamos cientes disso, mas eles são concretamente vieses, distorções e tendências em relação a um modelo, a regras, tidas como norma (MOSCOVICI, 2003, p.30).

O autor desenvolve com suas palavras um pensamento que permite compreender a temática representação. A partir do momento em que percebemos uma “realidade” podemos compartilhá-la. A representação deste objeto é exteriorizado e interiorizado pelos indivíduos numa intensa dinâmica. Mas é importante destacar que o pensamento e a valorização do objeto nem sempre é compartilhado por todos os indivíduos em um mesmo espaço territorial, o que provoca diferenças de opinião entre as pessoas.

E como as representações são o ato de “nomear”, utilizo no trecho abaixo uma citação de Moscovici, no qual o autor desenvolve uma reflexão utilizando o exemplo com dados sociais que também são representações. Mais precisamente, trata sobre o índice de acidentes de trânsito que são objeto de estudos de especialistas e divulgados constantemente na mídia.

Nossas reações aos acontecimentos, nossas respostas aos estímulos, estão relacionadas à determinada definição, comum a todos os membros de uma comunidade à qual nós pertencemos. Se, ao dirigirmos pela estrada, nós encontramos um carro tombado, uma pessoa ferida e um policial fazendo um relatório, nós presumimos que houve um acidente. Nós lemos diariamente sobre colisões e acidentes nos jornais a respeito disso. Mas esses são apenas “acidentes” porque nós definimos assim qualquer interrupção involuntária no andamento de um carro que tem conseqüências mais ou menos trágicas. Sob outros aspectos, não existe nada de acidental, quanto a um acidente de automóvel. Sendo que os cálculos estatísticos nos possibilitam avaliar o número de vítimas, de acordo com o dia da semana e da localidade, os acidentes de carro não são mais casuais que a desintegração dos átomos em uma aceleração sob alta pressão; eles estão diretamente relacionados a um grau de urbanização de uma dada sociedade, à velocidade e ao número dos seus carros particulares e a inadequação do seu transporte público (MOSCOVICI, 2003, p.31)

Os acidentes de trânsito são fatos desastrosos na vida social. A cada dia acompanhamos nos noticiários que os números de mortos em acidentes de trânsito aumentam e diminuem em determinados períodos. É consenso da sociedade que os acidentes são trágicos. Porém, os constantes acidentes noticiados nos parecem “normais” ao ponto de não nos parecer algo “anormal”. Bem, a normalidade é que em uma rodovia os automóveis transitem com segurança respeitando as faixas de ultrapassagens e as sinalizações. A “ordem” no trânsito é o consenso dos indivíduos que permite o controle do bom andamento da circulação de veículos sem ameaçar a vida dos indivíduos. Mas a partir do momento em que tal automóvel rompe com a barreira da

“normalidade” e faz uma ultrapassagem perigosa ou não respeita a sinalização causando um acidente, o “controle” passa a se tornar um “caos” em uma rodovia. Como estes casos são comuns em determinados períodos a “anormalidade” do acidente se torna “normal” porque as estatísticas nos mostram que desvios de conduta no trânsito são fatos em algumas épocas. Ou seja, o indivíduo pode interpretar tal situação como “normal” já que acidentes são “normais”, por exemplo, nos feriados prolongados. Os noticiários demonstram o poder que as estatísticas têm de nomear a naturalidade de um problema social que compõem os acidentes de trânsito. Não aponto a culpa nas estatísticas por possibilitar uma “normalidade”. Mas é fácil compreender como o sofrimento alheio (famílias, amigos, conhecidos que perderam pessoas queridas) pode ser interiorizado como “comum” pelo indivíduo.

Estas reflexões sobre as representações são constantes em trabalhos acadêmicos, sobretudo na área de História. Neste sentido, utilizo como exemplo o projeto de pesquisa no qual desenvolvo perante o Programa de Pós-Graduação em História da UFGD² que trata a respeito das relações diplomáticas entre o Brasil e o Paraguai na década de 1960 sobre um espaço territorial chamado de Sete Quedas.

Em março de 1965, os presidentes de Brasil e Paraguai, Castelo Branco e Alfredo Stroessner, se encontraram em Foz do Iguaçu no estado do Paraná para inaugurar a Ponte da Amizade³. Este ato político foi de grande importância para ambos os países porque exatos cem anos antes estavam passando por um conflito bélico⁴ terminado em 1870, que resultou num desgaste diplomático entre o Brasil e o Paraguai durante décadas. De uma forma bem clara, o ato de inauguração da Ponte da Amizade

² Curso de Mestrado pertencente à Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados.

³ Ponte que liga a cidade de Foz do Iguaçu no Brasil até Ciudad del Este no Paraguai (antes chamada de Porto General Alfredo Stroessner) passando sobre o rio Paraná. Antes da inauguração da mesma o Paraguai dependia na prática do porto de Buenos Aires na Argentina para o transporte de produtos e mercadorias vindos pelo oceano Atlântico. Com a Ponte da Amizade os acessos aos portos brasileiros permitiram novas alternativas de circulação de produtos voltados ao país guarani.

⁴ No Brasil é conhecido como Guerra do Paraguai. Foi um conflito bélico que teve a união entre Brasil, Argentina e Uruguai contra o Paraguai entre os anos de 1864 e 1870. Foi o maior conflito armado internacional ocorrido no continente americano que resultou na derrota do Paraguai proporcionando a este um desgaste político, econômico e social dentro de seu território.

foi símbolo de aproximação entre as duas nações que desde a década de 1940 estavam desenvolvendo políticas de aproximação⁵.

Porém, três meses depois, um grupo de militares brasileiros ocupou um lugar chamado Porto Coronel Renato na região fronteira entre o Brasil e o Paraguai próximo a cidade de Guairá no estado do Paraná. No trecho abaixo, Menezes aponta que atitude dos militares brasileiros foi um erro diplomático.

A atitude brasileira, assim me parece, foi um erro diplomático que inflamou o nacionalismo paraguaio e quase provocou a morte daquele esforço diplomático no Paraguai e no Brasil quando tentava aproximar mais um país ao outro. É muito difícil, sem todas as fontes de informação, saber por que o Brasil, mantendo boa relação com o Paraguai, supostamente melhor depois que os militares assumiram o poder, decidiu ocupar justamente aquela faixa de terra em disputa (MENEZES, 1987, p 76 e 77)

A partir da ocupação militar brasileira, a imprensa paraguaia passou a noticiar constantemente o fato⁶. Stroessner se viu em uma situação de pressão contra o seu governo a partir do momento em que percebeu que todo o Paraguai estava interessado no impasse daquela ocupação militar brasileira. Para o presidente paraguaio, era um momento delicado tendo em vista que justamente o Brasil, um aliado político de seu governo e que contribuía para sua manutenção, causava um transtorno em sua administração.

A preocupação dos paraguaios em relação à ocupação militar brasileira foi ainda maior porque alguns anos antes, em 1960, o governo brasileiro iniciou estudos para saber do potencial hidrelétrico da região de Sete Quedas⁷, localizada entre as fronteiras de ambas as nações, sem mencionar nada ao país guarani. Apenas em 1962 através de

⁵ A amizade entre os dois países se tornou mais próxima quando foi assinado em 1960 o “Convênio para Revisão de Textos de Livros Didáticos de Forma a não Prejudicar a Amizade entre os Dois Países” tendo em vista que o Paraguai ainda tinha marcas da Guerra da Tríplice Aliança em que foi derrotado pelo Brasil com apoio da Argentina e o Uruguai. Este acordo foi feito em decorrência da política de Stroessner e os investimentos brasileiros na área econômica e cultural no Paraguai, especialmente após a década de 1950.

⁶ No Paraguai, o diário “La Libertad” criticou energicamente a atitude do Brasil com a questão de Sete Quedas. Sugeriu a retirada da embaixada brasileira e da Missão Militar Brasileira de Instrução do Paraguai.

⁷ O presidente Juscelino Kubitschek, em 1960 iniciou os estudos para aproveitar o potencial energético de Sete Quedas. Com a construção de Brasília durante seu governo, mais tarde, Jânio Quadros deu seqüência ao projeto de seu antecessor.

um artigo que tratava sobre tal estudo publicado no Jornal do Brasil, que o Paraguai teve conhecimento do caso enviando ainda naquele ano vários despaches diplomáticos a Brasília pedindo esclarecimentos ao governo brasileiro.

Como a região ocupada pelos militares brasileiros era a mesma que o governo paraguaio havia pedido explicações ao Brasil sobre tais estudos em Sete Quedas, diversos jornais paraguaios acusavam o governo brasileiro de tentar “tomar” através das armas tal território para usufruto do mesmo.

Pelo que é possível analisar até aqui, uma região fronteiriça entre o Brasil e o Paraguai de aproximadamente vinte quilômetros de extensão foi símbolo de uma insatisfação dos paraguaios para com o governo brasileiro. E os jornais guaranis desenvolviam representações em folhas de papel fazendo ataques ao Brasil chamando-o de “bandeirantes” e “imperialistas”.

O descontentamento dos paraguaios para com o Brasil tinha uma lógica histórica: a derrota na Guerra da Tríplice Aliança. Tal conflito deixou marcas negativas na história do Paraguai ao ponto de apenas em 1941, um presidente brasileiro fazer uma visita a Assunção⁸. Na década de 1950, a Missão Cultural brasileira⁹ em solo guarani ganhou força depois que Stroessner ascendeu à administração paraguaia¹⁰. Uma das principais atuações da Missão era ampliar as relações entre ambas as nações e “melhorar” a imagem brasileira perante a sociedade guarani.

Porém, a ocupação militar do Brasil em 1965, chamado de “caso Sete Quedas”, provocou uma tensão nas relações diplomáticas ao ponto da própria Missão Cultural brasileira ser objeto de críticas por parte de movimentos estudantis paraguaios como aponta Menezes no trecho abaixo.

⁸ Getúlio Vargas foi o primeiro chefe de Estado a visitar a capital paraguaia em 1941.

⁹ Esta Missão teve suas funções e objetivos sistematizados num acordo assinado em 1952 e esteve em vigor até 1974. Sua idéia inicial era organizar cursos de português, cooperar com a Universidade Nacional de Assunção e desenvolver projetos educacionais de intercâmbio, porém, logo tomou grandes proporções: seu potencial passou a ser visto dentro de uma lógica estratégica de dominação.

¹⁰ Stroessner assumiu a presidência paraguaia após um golpe de Estado. Ficou no poder entre 1954 até 1989 sendo o período que um presidente esteve mais tempo no poder na América do Sul. Seu governo foi marcado por uma ditadura que durou 35 anos. Era um governo autoritário, que fazia uso da repressão, do estado de sítio e de perseguições políticas. Não havia liberdade de expressão e somente o poder executivo legislava e executava as leis no território paraguaio.

Aproximadamente 400 estudantes em passeata pelas ruas de Assunção pediam que os militares e os membros da comissão cultural brasileira retornassem para o Brasil e cantavam “slogans” como *Paraguai si, bandeirantes no*. A polícia, no afã de manter a ordem, enfrentou aqueles estudantes e pôs alguns na cadeia. Os militares brasileiros que prestavam serviços em Assunção eram chamados de “espiões em uniforme” (MENEZES, 1987, p.79).

Ou seja, a Missão Cultural que significava uma participação ativa do Brasil em solo paraguaio sendo um símbolo, era objeto de crítica por parte do grupo de centenas de estudantes que apontavam aquela Missão como um “interventor” simbólico brasileiro no Paraguai com a intenção de propagar a sua política “imperialista”¹¹.

E é claro que aquele momento político foi propício para partidos de oposição do então governo paraguaio ganhar argumentos para “provocá-lo”. O Liberal e o Democrático Cristão, um dos maiores de oposição na época e com relações próximas ao governo da Argentina, acusavam a administração de Stroessner como conivente com a política “expansionista” brasileira.

No entanto, o que parecia ser para o ditador Alfredo Stroessner uma enorme pressão política interna por causa do impasse diplomático com o Brasil, se tornou até benéfico. Isto porque, a sociedade paraguaia como um todo estava unida em torno da resolução do “caso Sete Quedas” em defesa dos direitos do Paraguai sobre a região ocupada pelos militares brasileiros. Stroessner soube tirar proveito do fato tendo a habilidade de clamar o nacionalismo paraguaio. Ou seja, resolver aquele impasse diplomático com o Brasil era uma “questão de honra” para a nação paraguaia.

Em síntese, o Brasil historicamente representava uma “mancha” na história do Paraguai por causa do intenso conflito bélico ocorrido na segunda metade do século XIX. Este pensamento até aquele momento ainda era marcante perante o imaginário social paraguaio apesar dos esforços da Missão Cultural brasileira. E sendo o mesmo Brasil o país a inflamar o orgulho paraguaio um século depois, nada como usufruir de um acontecimento histórico para fundamentar argumentos em benefício do Paraguai. Foi justamente este acontecimento histórico (a Guerra da Tríplice Aliança) que foi

¹¹ Política de expansão e domínio territorial e/ou econômico de uma nação sobre outras.

utilizado como argumento por parte da imprensa, de movimentos sociais e, sobretudo do governo paraguaio em defesa do interesse nacional perante o Brasil.

Mas apesar de retomar naquele período o que aconteceu cem anos antes como argumento que havia um sentimento pendente em relação ao Brasil, a imprensa paraguaia e os movimentos estudantis abordaram a ocupação militar brasileira de forma diferente em relação ao governo paraguaio. Isto porque, boa parte da imprensa oposicionista assim como os movimentos estudantis eram contrários a ditadura de Stroessner. Já o governo administrativo abordava aquela questão, resgatando o processo histórico, de outra forma já que o governo militar brasileiro era um importante aliado para sua manutenção administrativa.

Ou seja, boa parte da imprensa de oposição e movimentos estudantis tinham interesses muito diferentes as do governo presidencial fazendo com que o “caso Sete Quedas” fosse representado como um ataque ao sentimento nacionalista paraguaio assim tendo ocorrido na Guerra da Tríplice Aliança. Por isto, os discursos e protestos para que tal “derrota” não se repetisse perante o Brasil eram constantes. É claro que naquele momento não estava ocorrendo um conflito bélico como no século XIX, mas a necessidade de “evitar” uma derrota diplomática para o Brasil era visto com tanta importância como houvesse um conflito militar.

Já o governo de Stroessner utilizava uma estratégia diferente ao citar a derrota bélica para o Brasil cem anos antes. Perante sua população, a administração presidencial valorizava a imagem “heróica” de Solano Lopes¹² como defensor dos interesses paraguaios. O exemplo utilizado na figura do chefe de Estado era fundamento para valorizar a imagem do governo como necessário na busca de consolidação dos interesses da nação guarani. E a atitude política para se posicionar perante o governo brasileiro não era a de enfatizar as conseqüências da Guerra que foram negativas para o Paraguai, e sim, de como foram feitas as demarcações de fronteira após o conflito. O argumento apresentado pelo governo paraguaio era de que a região ocupada pelos soldados brasileiros não havia sido demarcada desde o término da Guerra em 1870. Isto

¹² Foi o chefe de Estado paraguaio durante a Guerra da Tríplice Aliança. Desafio o Brasil militarmente para defender os interesses do Paraguai. A imagem valorizada de Solano teve ênfase na década de 1950 por interesse do partido Colorado (considerado conservador) que foi fundado por descendentes do ex-chefe de Estado.

porque, em 1872 foi assinado o Tratado de Paz e Limites¹³ entre o Brasil e o Paraguai para delimitar a região fronteira entre ambos os países. Passadas algumas décadas, uma pequena parte da fronteira ainda não havia sido demarcada¹⁴ o que resultou na assinatura do Tratado Complementar de Limites em 1927¹⁵. Após a formação da comissão para demarcação de fronteira os trabalhos foram iniciados. Porém, na região de Sete Quedas, mais precisamente na margem do rio Paraná, o Paraguai apresentou dúvidas quantos as demarcações¹⁶. A questão não foi solucionada na época tornando-se pendente. Com isso, o governo paraguaio alegava que a região ocupada pelos militares brasileiros ainda não havia sido demarcada.

No entanto, é interessante perceber como um conflito bélico ocorrido cem anos antes foi utilizado como exemplo para defender interesses perante uma questão política. Uma representação da Guerra da Tríplice Aliança tornou-se objeto de interesse entre pessoas contrárias ao governo paraguaio e também pelo próprio. A imprensa oposicionista e os movimentos sociais desenvolviam uma abordagem e o governo outra. Cada um com os seus interesses.

Ao mesmo tempo é importante destacar que o governo brasileiro também utilizava a Guerra da Tríplice Aliança como objeto simbólico para defender seus interesses a respeito de Sete Quedas. A administração Castelo Branco alegava que tal região pertencia ao Brasil por simplesmente ter sido o “vencedor” do conflito bélico. Ou seja, um mesmo objeto (o conflito bélico) defendido por questões de interesses políticos pelos dois países.

É bom destacar que todos os símbolos e materialidades envolvidos em torno do impasse diplomático entre o Brasil e o Paraguai, proporcionavam aos sujeitos paraguaios a designação de uma “identidade nacional”. Sendo assim, a ocupação militar em Porto Coronel Renato demonstrava o envolvimento de dois países. A partir do

¹³ Uma Comissão de brasileiros e paraguaios foi formada para fazer a demarcação da fronteira entre os anos de 1872 e 1874.

¹⁴ A alegação dos brasileiros sobre aquele Tratado era que na época em que a Comissão Mista realizou os seus trabalhos os argentinos ocupavam a área e a Bolívia também alegava que a área a pertencia.

¹⁵ Visava delimitar parte da fronteira entre os dois países entre o estuário do rio Apa e da Bahia Negra.

¹⁶ Os paraguaios acreditavam que o cume da serra de Maracaju indicaria o salto das Sete Quedas como o norte, e, se isto fosse verdade, a região de Sete Quedas pertenceria então a eles.

momento que interesses distintos surgem depois da ocupação militar brasileira, a percepção de sentimento de diferença alheia se torna presente no sentido de que um fato (o impasse diplomático) deixava claras as diferenças de opiniões entre as nações permitindo que cada um desenvolvesse elementos (mais precisamente o Paraguai), dentro de seus territórios geográficos, para compartilhar o pensamento de que o “outro” (no caso o Brasil) estava defendendo interesses políticos e econômicos próprios em uma região que ainda não havia sido demarcada podendo até ser pertencente a “nós” (o Paraguai).

Neste sentido, é claro a percepção da importância de “valorizar” a representação do que foi a Guerra da Tríplice Aliança. Com isso, coloco abaixo um apontamento de Michelle Perrot.

De maneira geral, guerras, sobretudo nacionais (mas as guerras contemporâneas sempre o são), são a oportunidade de uma mobilização identitária, parte recebedora desta “cultura de guerra” sobre a qual se multiplicaram os estudos recentemente (PERROT, 2005, p.471).

A reflexão de Perrot demonstra que as guerras militares são propícias para as mobilizações que fortalecem elementos para fundamentar uma identidade como ocorreu no Paraguai, ao mesmo tempo em que estes movimentos defendem interesses próprios objetivados por determinados setores da sociedade, o que causa diferenças de construções de representações dentro de um espaço geográfico, já que nem todos os sujeitos compartilham das mesmas opiniões. Por isto, a grande dificuldade de determinar o que é exatamente uma identidade paraguaia ou então brasileira.

Contudo, o impasse diplomático sobre o “caso Sete Quedas” não teve como consequência um confronto bélico. Mas a valorização no episódio por parte dos paraguaios foi à mesma de um conflito armado como ocorrido na segunda metade do século XIX.

Com isso, ao desenvolver esta pesquisa pude perceber em relação ao Paraguai que as representações estão presentes em vários aspectos: a ocupação militar que simbolizou um “tormento” para os paraguaios; os discursos das autoridades e líderes de segmentos da sociedade paraguaia; as abordagens feitas pela imprensa paraguaia (tanto

a de oposição como as diretamente ligadas ao governo); e o modo como toda a sociedade do Paraguai desenvolvia um pensamento sobre o Brasil em relação ao impasse diplomático.

E como não podia ser diferente, o “caso Sete Quedas” também tiveram repercussões em solo brasileiro. No trecho abaixo, Menezes menciona o posicionamento de Carlos Lacerda no impasse diplomático com o Paraguai.

Até aquele momento, apesar dos comentários e publicação sobre o assunto no Brasil, este tinha sido um problema a nível nacional mais no Paraguai do que no Brasil. Agora as coisas começavam a mudar também por aqui. Carlos Lacerda, já em sua luta pessoal com a administração Castelo Branco, perguntou em um artigo, “afinal qual é o problema com o Paraguai?”. Os brasileiros, disse ele, têm o direito de saber mais sobre o assunto. Quem deu o direito, disse Lacerda à sua maneira, ao Chanceler Juracy Magalhães o direito “para declarar a segunda guerra contra o Paraguai?” (MENEZES, 1987, p.83)

Como o Brasil estava sendo administrado por um governo militar que aos poucos dava espaço para a consolidação da ditadura com Castelo Branco, seria natural que muitas pessoas seriam contrárias as ações do então governo. Neste caso, Carlos Lacerda, que havia apoiado o movimento militar que derrubou João Goulart do poder e depois se tornou oposição do mesmo movimento consolidado na presidência do Brasil, utilizara o impasse diplomático com o Paraguai para criticar as atitudes da administração federal do qual ele era contra. Mas ao contrario do que ocorreu no Paraguai, utilizar como discurso o “caso Sete Quedas” para “atacar” o governo militar não surtiria tanto efeito em solo brasileiro perante a sociedade por três motivos. Primeiro porque a imprensa brasileira mal conseguia obter informações sobre o impasse diplomático com o Paraguai para publicá-lo. Segundo que a pouca informação sobre o assunto deixava grande parte da população a margem de desenvolver um pensamento crítico sobre a política externa brasileira. E terceiro que o governo dos militares evitava ao máximo permitir a imprensa noticiar o “caso Sete Quedas” para preservar a imagem de um país de boas relações diplomáticas principalmente com seus vizinhos de continente.

Neste sentido, percebe-se que a representação sobre o “caso Sete Quedas” teve maiores condições de se manifestar no Paraguai do que no Brasil. E aponto alguns aspectos para isto sendo dentre eles: o ato simbólico da ocupação militar que fez com

que a sociedade “relembresse” as conseqüências da Guerra da Tríplice Aliança; o desgaste político do governo de Strossner no impasse diplomático, sendo aliado ao governo brasileiro, que possibilitou a oposição se manifestar contra sua administração; e o imaginário social fértil para a manifestação dos objetos relacionados ao “caso”, tendo em vista que tal repercussão não surtiria efeito em solo paraguaio se os sujeitos não “valorizassem” os símbolos relacionados no impasse diplomático com o Brasil.

E os símbolos foram utilizados de uma maneira para “manter” o controle dos sujeitos ao ponto de defender um pensamento e propagá-lo. Tanto aqueles que eram contrários ao governo paraguaio assim como a própria administração de Stroessner utilizaram de seus argumentos para “controlar” a opinião do público e assim ganharem apoio para consolidar os seus interesses. No caso da oposição, os instrumentos utilizados a respeito do “caso Sete Quedas” foram não apenas usar argumentos para “piorar” a imagem do governo, mas também para defender a sua idéia de “defesa dos interesses nacionais”. Já o governo utilizara perante a população o argumento de estar “medindo esforços” para defender os mesmos direitos no sentido de demonstrar que a administração de Stroessner era necessária para o Paraguai.

Neste sentido, para que as representações demonstradas por ambos os lados tivessem terreno fértil, era necessário que a dinâmica representação e imaginário social fossem constantes. E tratando-se da questão imaginário social, no trecho abaixo, Basko faz um interessante apontamento do qual utilizo para fazer uma reflexão sobre as representações relacionadas ao “caso Sete Quedas”.

Os imaginários sociais constituem outros tantos pontos de referência no vasto sistema simbólico que qualquer coletividade produz através da qual, como disse Mauss, ela se percebe, divide e elabora os seus próprios objetivos. É assim que, através dos seus imaginários sociais, uma coletividade designa a sua identidade; embora uma certa representação de si; estabelece a distribuição dos papéis e das posições sociais; exprime e impõe crenças comuns; constrói uma espécie de código de “bom comportamento”, designadamente através da instalação de modelos formadores tais como o do “chefe”, “bom sudio”, o “guerreiro corajoso”, etc (BASKO, 1985, p. 309).

Ou seja, para a oposição política e os descontentes do governo de Stroessner a manifestação das representações em relação ao “caso Sete Quedas” tinha como objetivo designar a identidade nacional paraguaia desenvolvendo uma representação no qual os

sujeitos se sentissem pertencentes ao território paraguaio tendo um sentimento por estar inserido neste espaço geográfico e defender os interesses do mesmo através da idéia de democracia. Já para o governo de Stroessner as representações do qual transpareciam tinham como objetivo fazer com que os sujeitos também se sentissem pertencentes ao seu território geográfico e interessados no bem comum do mesmo, mas necessitando da administração presidencial e ditatorial para consolidar o “patriotismo” defendido pelos cidadãos paraguaios.

Com isso, as representações em dinâmica com o imaginário social designavam papéis para aqueles diretamente ligados ao “caso”. Para os contrários ao governo de Stroessner a imagem elaborada do mesmo era de que este fosse o vilão aliado a outro vilão “imperialista” (no caso o Brasil). Para o então presidente paraguaio, a imagem elaborada em relação ao Brasil era a de um “aliado” que não estava concordando com o mesmo ponto de vista relacionado à região de Sete Quedas. Contudo, é nítido perceber como cada um classificava os “personagens” perante a sociedade e construía elementos para demonstrar os papéis que cada um estava tendo no impasse diplomático.

Com todas estas características que envolvem a pesquisa sobre o “caso Sete Quedas”, percebo que além de focar o que foi este impasse diplomático fazendo uma análise histórica desde a ocupação militar brasileira até a solução do impasse, enriquecer o estudo deste objeto tende a ser ainda maior com a possibilidade de também abordar os elementos envolvidos por uma perspectiva que envolva categorias como as representações.

Contudo, a valorização dos estudos envolvendo as representações nas ultimas décadas permitem um trabalho epistemológico¹⁷ mais consistente por parte dos pesquisadores contribuindo para o desenvolvimento de novas abordagens a respeito das mentalidades, crenças, valores, mitos, imaginários sociais, identidades, formas institucionais, atitudes políticas e outras características que estão inseridas ao redor dos indivíduos como uma coletividade. Em síntese, a abordagem da categoria representação em qualquer objeto de pesquisa enaltece o trabalho do historiador ao estudar os elementos que compõe a sociedade.

¹⁷ Conjunto de conhecimentos que têm por objeto o conhecimento científico, visando a explicar os seus condicionamentos (sejam eles técnicos, históricos, ou sociais, sejam lógicos, matemáticos, ou lingüísticos), sistematizar as suas relações, esclarecer os seus vínculos, e avaliar os seus resultados e aplicações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, Luiz Eduardo Pinto. *A dinâmica das relações de Brasil e Paraguai sobre a questão fronteiriça (década de 1960)*. Dourados: Revista Eletrônica História em Reflexão- UFGD, 2009, Vol.3 n.6.

BAZCKO, Bronislaw. *Imaginação social*. IN: ROMANO, Ruggiero. Enciclopédia Einaudi. Vol 5. Anthropos-Homem. Lisboa: Casa da Moeda, 1985. p.298-332.

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: A história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre: Ed. Universidade-UFRGS, 2002, p.7-116.

GINZBURG, Carlo. *Olhos de madeira. Nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p.85- 103.

_____. *História, retórica e prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

MENEZES, Alfredo de Mota. *A herança de Stroessner: Brasil-Paraguai 1955-1980*. Campinas: Papirus, 1987.

MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2003, p.7-89.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Em busca de uma outra história: Imaginando o imaginário*. In: Revista Brasileira de História. São Paulo, V.15, n.29, PP. 9-27, 1995.

PERROT, Michelle. *As mulheres e o silêncio da história*. São Paulo: EDUSC, 2005, p.467-480.